



JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA

DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO

A intervenção do estado na economia à luz
da razão pública e do pragmatismo

Prefácio

Daniel Sarmento

Área específica:

Direito Administrativo

Áreas afins:

Direito Constitucional. Direito Econômico. Direito
Público. Intervenção do Estado na Economia.

421 páginas

ISBN 978-85-450-0416-5

Formato: 17,0x24,0 cm

CÓDIGO: 1294

O livro possui duas partes. A primeira propõe dois princípios a serem usados na interpretação da intervenção do Estado na economia: o pragmatismo e a razão pública. As intervenções estatais devem ter base em dados reais e pretender alcançar objetivos possíveis (pragmatismo). Além disso, tais intervenções não devem ser guiadas por visões dogmáticas (razão pública).

A segunda parte analisa diversas polêmicas envolvendo (i) poder de polícia, (ii) empresas estatais, (iii) monopólio público, (iv) fomento público, (v) regulação. Nesta parte, o livro aplica os dois princípios desenvolvidos na primeira parte, dando exemplos do que seria uma interpretação pragmática e adequada à razão pública.

O livro foi inteiramente revisto, atualizado e ampliado para a segunda edição.

José Vicente Santos de Mendonça

Mestre e Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. LLM pela Harvard Law School. Professor Adjunto de Direito Administrativo da UERJ. Professor do mestrado e do doutorado da Universidade Veiga de Almeida. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado e parecerista em Direito Público.

SUMÁRIO DO LIVRO:

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Daniel Sarmiento

NOTA DA SEGUNDA EDIÇÃO

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE

BASE TEÓRICA

CAPÍTULO 1

EM DIREÇÃO A UM “PRINCÍPIO” DO PRAGMATISMO JURÍDICO ÚTIL AO DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO

CAPÍTULO 2

RAZÃO PÚBLICA COMO CRITÉRIO PARA A INTERPRETAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA – EM BUSCA DA RECIPROCIDADE E DO RESPEITO

SEGUNDA PARTE

APLICAÇÕES

CAPÍTULO 1

A INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO NA ECONOMIA POR ENTRE TRAUMAS E TABUS

CAPÍTULO 2

A DISCIPLINA DAS ATIVIDADES PRIVADAS – PRAGMATISMO E RAZÃO PÚBLICA COMO NOVÍSSIMOS LIMITES AO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

CAPÍTULO 3

O FOMENTO PÚBLICO E O IDEAL DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO, EFICIENTE E NÃO PATERNALISTA

CAPÍTULO 4

A NEORREGULAÇÃO – PROBLEMAS, INSTRUMENTOS E SUGESTÕES

CONCLUSÃO GERAL

POSFÁCIO

ATUALIDADE DO LIVRO

REFERÊNCIAS